

7. MORTE: DE ASSUNTO COMUM NA FILOSOFIA A TABU NOS AMBIENTES DE TRABALHO

Isabela Márcia de Alcântara Fabiano¹

*“(...)Como é, por exemplo,
Que dá pra entender
A gente mal nasce
Começa a morrer (...)”*
(Toquinho/Vinicius de Moraes)

RESUMO

O presente artigo traz breves considerações sobre a morte e estuda suas consequências no mundo do trabalho contemporâneo. A correlação é cabível ante o crescimento do número de mortes nas relações de emprego, sobretudo por excesso de trabalho imprimido pelas mutações decorrentes da reestruturação produtiva. No final do trabalho, apresentam-se propostas para melhorar as condições de trabalho baseadas na idéia de exame de consciência sugerida pelo filósofo moderno Michel Foucault.

Palavras-chaves: Morte. *Karoshi*. *Kaizen*. Toyotismo. Excesso de Trabalho. Exame de consciência

ABSTRACT

This article provides brief comments on the death and study its implications in the employment relationships. The association is timely in view of the growing number of deaths in the employment relationship, particularly by overwork impressed by the changes resulting from restructuring productivity. At the end, we present proposals for improvement of working conditions based on the ideas (examination of conscience) suggested by Michel Foucault.

Keywords: Death.. *Karoshi*. *Kaizen*. Toyota System. Overwork. Examination of Conscience.

FALANDO SOBRE MORTE

O fim da vida é objeto de investigação pelos filósofos, porquanto a morte encerra evento futuro, ainda que de termo incerto, do qual nenhum ser humano escapará.

Já em ambientes de trabalho falar sobre morte não é fácil. Normalmente, o assunto é ignorado ou camuflado em levantamentos estatísticos de empresas que, ao invés de desenvolverem

¹Mestranda em Direito do Trabalho pela PUCMinas. Especialista em Direito do Trabalho pelo IEC/PUC-Minas. Graduada em Direito pela UFMG. Servidora Pública do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais).

e investirem em medidas genuinamente preventivas, em métodos de trabalho e maquinários verdadeiramente mais seguros, seguem negligenciando normas e condutas que visariam à preservação da vida de seus trabalhadores.

E a justificativa empresária é paradoxal: segundo os donos dos meios de produção, são elas (as empresas) que necessitam sobreviver num mundo de competitividade e livre concorrência mercadológica.²

MORTE PARA SÊNECA E MICHEL FOUCAULT

As preocupações existenciais do homem se repetem ao longo do tempo.

Com efeito, o desejo de desvendar os segredos da vida, a vontade de compreender a morte e de descobrir se há imortalidade da alma após o descanso definitivo do corpo mereceram atenção de Sêneca, cujos estudos têm influxo na atualidade.

Segundo o pensamento senequiano,

Uma vez principiada, a vida segue seu curso e não reverterá nem o interromperá, não se elevará, não te avisará de sua velocidade. Transcorrerá silenciosamente, não se prolongará por ordem de um rei, nem pelo apoio do povo. Correrá tal como foi impulsionada no primeiro dia, nunca desviará seu curso, nem o retardará. Que sucederá? Tu estás ocupado, e a vida se apressa; por sua vez virá a morte, à qual deverás te entregar, queiras ou não. (SÊNECA, 1993, p. 36-37).

Em tempos de pós-modernidade e de reestruturação produtiva, com novos sistemas de gestão empresarial que exigem incessante multifuncionalidade do empregado sobrevivente no mercado formal de trabalho, as indagações de Sêneca merecem ainda mais atenção, pois o ser humano juridicamente subordinado a outrem nada ou quase nada desfruta de tempo saudável para, efetivamente, cuidar de si.

Na condição de ocupado, o laborista abandona seu lar para bater na porta de outrem (que, no sistema capitalista, é o tomador de serviços, dono dos meios de produção), abdicando, na atual conjuntura socioeconômica, não só de energia física, psíquica e/ou mental em proveito alheio, mas, em especial, da qualidade do restante de seus dias.

Baseando-se em lições de Epitecto que aludem à correlação morte/ocupação, Michel Foucault defende que,

[...] se chegarmos a considerar que há uma ocupação mais bela, moralmente mais válida, que poderíamos estar realizando no momento de morrer, é esta que devemos escolher, e

2 Noutros dizeres, a lógica foi invertida: a empresa que, antes, era conceituada como atividade econômica destinada à produção de bens ou serviços passou a ocupar o papel de sujeito de direito, preferindo até mesmo ao ser humano.

conseqüentemente (devemos) nos colocar na melhor situação para morrer a cada instante. (FOUCAULT, 2006, p. 582).

A colocação é sábia, tendo em vista a superação do raciocínio clássico antigo que entendia o trabalho como atividade penosa, carregada de valores depreciativos e endereçada aos desafortunados.

Deflagrado movimento de valorização do trabalho, a ele, além do fator econômico de produção (trabalho como energia humana empregada para alcance de escopo produtivo), passaram a convergir componentes éticos e sociais que dignificam e elevam a criatura humana.

Todavia, na contemporaneidade, são muito poucos os que podem romper vínculos de emprego em busca de ocupação mais elevada e enriquecedora, pois a nova morfologia do trabalho, que externou suas características de maneira globalizada a partir da década de 1970, com a disseminação do toyotismo e a generalização da terceirização/descentralização das atividades periféricas, desencadeou a redução e a precarização dos postos e condições de trabalho, por ter como elementos estratégicos determinantes e favoráveis ao capital o desemprego estrutural, a informatização e a automação do trabalho.

TRABALHO CONTEMPORÂNEO – NOVOS FATORES DE RISCO

No mundo do trabalho, a morte segue *pari passu* a trajetória do empregado.

Embora se saiba que, na era da tecnologia, microeletrônica e telemática, ainda persistem descasos e falhas primárias semelhantes às aquelas observadas na Primeira Revolução Industrial, que culminaram e continuam provocando acidentes de trabalho típicos seguidos de morte, o presente estudo priorizará a divulgação de novos fatores de risco, que vêm sendo sutilmente impostos aos trabalhadores no mundo do trabalho contemporâneo.

Eles traduzem técnicas veladas e silenciosas implantadas pelo modelo de gestão toyotista, que consistem em verdadeiras “arapucas” para a sobrevivência do laborista. Isso porque o mencionado sistema de produção de bens e serviços se funda em falsos discursos, sendo dois deles o da “administração participativa” e o do “investimento em pessoas”.

Ambos são fruto da filosofia japonesa *kaizen*, que significa melhoria. São implementados, por exemplo, através de programas de controle contínuo de qualidade (CCQ) que constituem realização de reuniões periódicas envolvendo grupos de 6 a 12 empregados para a descoberta de novos métodos de trabalho que otimizem a produtividade.

Ocorre que essas técnicas são sistemas refinados de manipulação dos subordinados, dando-lhes a ilusão de que são valorizados e indispensáveis para o sucesso do empreendimento. Com a

propagação desse falso sentimento e desse fraudulento discurso democrático, o patrão consegue que os trabalhadores “vistam e suam ainda mais a camisa da empresa”.

Da classe obreira, porém, é ocultado o outro interesse do empregador: paralelamente ao aumento da produtividade, deve-se obter a redução do custo operacional, que, via de regra, é atingido com o rebaixamento salarial e a adoção de fórmulas alternativas de remuneração variável, como prêmios, que, para serem alcançados, incutem na mente do trabalhador a necessidade de dedicar mais tempo e mais empenho ao tomador de serviços.

Nesse sentido, pontua Eurenice Lima:

*Tal definição propicia uma falsa apreensão do significado real do **kaizen** pelo trabalhador, pois ele faz sugestões com o objetivo de melhorar o seu trabalho, e a empresa as examina buscando elementos que resultem na diminuição de custos. (LIMA, 2006, p. 128)*

O CCQ e outras técnicas toyotistas - tais como o trabalho em células/ equipes e em ilhas elaboradas na forma da letra U, propositalmente projetadas para permitir a constante fiscalização de um empregado pelo outro - contribuem sobremaneira para o aumento da jornada e das doenças de trabalho correspondentes, como estresse e problemas cardíacos.³

Trabalhadores mais conscientizados politicamente – normalmente ocupantes de cargos diretivos em sindicatos – vêm percebendo o ardil empregado via *kaizen*. Contudo, eles sabem que nada ou quase nada tem sido feito para reverter a lógica toyotista que se mascara em um caminho de consentimento, quando, na verdade, está-se diante de um descaminho rumo à precarização das condições de trabalho e de vida do laborista.⁴

De fato, só continua na empresa aquele trabalhador polivalente e “dedicado”, que se sujeita às diretrizes empresariais reputadas prioritárias em detrimento da sua dignidade, do valor social do trabalho, do valor social da livre iniciativa e da função social da propriedade.

Só permanece no mundo formal do trabalho quem se disponibiliza a cumprir horas extras com habitualidade, ainda que o instituto não tenha sido criado para esse fim.

3 Outras consequências advindas do toyotismo são a queda dos salários, a maior desqualificação do empregado, o aumento do exército de reserva e o agravamento do desemprego estrutural. A par disso, a estrutura sindical também sofre os efeitos da reestruturação produtiva, porquanto o toyotismo (também chamado de ohnismo) enfraquece os laços de solidariedade e confiança entre os trabalhadores. Com isso, fragmentam-se a representação e a resistência aos desmandos empresários. As entidades de classe perdem o poder de barganha nas negociações coletivas, fazendo concessões sobre concessões de outrora.

4 Elias, operador multifuncional da Toyota, do Brasil, em entrevista informal para uma pesquisadora, disse: “Um dia nós apresentamos uma sugestão de *kaizen*, o superior avaliou e disse: ‘Isso aqui vai demitir gente, não vou passar para frente’. Nós ficamos agradecidos. Passados uns dias, pressionando por resultados, ele disse: ‘Vamos tomar cuidado, eu sei que tem gente demais aqui’. Ele podia pressionar à vontade.” (LIMA, 2006, p. 130).

MORTE POR EXCESSO DE TRABALHO – JAPÃO

Os abusos empresários são tão desmedidos, que, em 2002, no Japão - país berço do *ohnismo* - Kenichi Uchino, ex-empregado da montadora Toyota, faleceu por excesso de trabalho.

Em terras nipônicas, o fenômeno denomina-se *Karoshi*, onde *Karo*, significa excesso de trabalho e *shi*, morte. E o pior: nas relações de emprego japonesas, as horas extras não são remuneradas, porque consideradas trabalho de cunho exclusivamente voluntário.

Kenichi literalmente “morreu de tanto trabalhar”.

Devido à notoriedade do fato, o *Karoshi* começou a ser debatido no mundo.

Todavia, o tema ainda é recente no âmbito acadêmico, carecendo de mais pesquisas a respeito.

MORTE POR EXCESSO DE TRABALHO – BRASIL

No Brasil, o pagamento de jornada extraordinária é menos dispendioso para o empregador que o aumento do salário básico. Paralelamente, exigir sobrelabor de empregados é mais atraente para o empresariado, por permitir flexibilidade mais condizente com a flutuação da demanda, com os momentos de urgência, além de servir como alternativa à contratação de novos trabalhadores em períodos de incerteza, crise, depressão ou recessão.

Em Nota Técnica⁵, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE - noticiou o aumento de empregados assalariados que trabalharam além da jornada-padrão semanal entre 1988 e 2005. Em alguns setores, como no comércio, o índice foi elevado para 56% no período acima.

Os trabalhadores se sujeitam habitualmente ao cumprimento de jornada extraordinária, que deveria ser de caráter excepcional, como o próprio *nomen iuris* indica, porque precisam complementar a renda e readquirir o poder aquisitivo de antes, atingido pelo rebaixamento do salário nominal. Outrossim, não querem e nem podem correr o risco de uma dispensa.

Infelizmente, o terrível cenário de mortes por excesso de trabalho repete-se no Brasil.

A título de ilustração, citam-se fatos levados ao conhecimento da Justiça do Trabalho mineira que revelam o cometimento reiterado de ilícitos por empresa metalúrgica que se valia habitualmente do expediente das horas extraordinárias, o que importou na morte de um de seus empregados.

As condições de trabalho impostas pela demandada aos seus subordinados eram

⁵Para maiores informações, vide <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec31HorasExtras.pdf>>

assustadoras. Era excedido não só o limite constitucional de 8 horas diárias de trabalho e 44 horas semanais (art. 7º, inciso XIII, da Norma Fundamental), mas qualquer parâmetro de bom senso e razoabilidade.

De acordo com o acórdão proferido nos autos do Recurso Ordinário 00648-2006-028-03-00-9, relatado pelo Desembargador Federal do Trabalho Marcus Moura Ferreira, era comum o cumprimento de jornada extraordinária além de 2 horas diárias; não era concedido o intervalo integral para alimentação; não havia pausa suficiente de 11 horas entre um dia de trabalho e outro; não havia repouso semanal remunerado. Anote-se que os empregados da reclamada chegaram a trabalhar até 23 dias consecutivos sem qualquer dia de descanso.

Segundo o Desembargador:

[...]Em face da morte de um dos empregados da ré, ocorrida em função de acidente do trabalho, a fiscalização efetivada pela Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador da DRT regional apontou como causas concorrentes do referido acidente o 'excesso de jornada, realização de horas-extras diárias e falta de descanso semanal remunerado' (f. 468/473).

Na doutrina justtrabalhista, há muito, Márcio Túlio Viana alerta:

*A constrição para o trabalho, cada vez maior, é revelada por novas doenças – como a LER, para não falar nas mortes por excesso de fadiga, no Japão, batizadas de karoshi. 'Poucos trabalhando muito' – poderia ser o **slogan** do empresário moderno. Até o que parece positivo tem o seu lado perverso: a automação não libera tempo do trabalhador, mas apenas do consumidor. (VIANA, Márcio Túlio, 2004, p. 164-165)*

O caso concreto demonstra que o uso indiscriminado e desvirtuado das horas extras é um dos principais responsáveis por mortes por excesso de trabalho. E, no mundo do trabalho rural, os exagerados impostos ao empregado que recebe salário por produção e que morre na vã tentativa de ganhar um pouco mais, por si sós, merecem estudo particularizado, que, infelizmente, não é possível abordar no presente artigo.

QUESTÕES

Diante desse cenário fúnebre, indaga-se: a)é possível compatibilizar o pensamento foucaultiano referente à relação morte/melhor ocupação com a sociedade de trabalho toyotista? b)há meios de conciliar o sentido filosófico de morte com a realidade dos trabalhadores hoje? c)se os trabalhadores contemporâneos estão premidos pela necessidade de sobrevivência e exauridos física, psicológica e intelectualmente, como disporão de tempo para cuidar de si, para desfrutar de cada dia

de vida, e para questionar sucessivos desmandos do patrão?

A situação é grave, porque a grande maioria dos assalariados perdeu o que Epicteto chama de “fortaleza interior”, ou seja, a razão e a capacidade de dizer sim ou não a algo.

Extenuados, temerosos de engrossarem a fila dos desempregados, após o cumprimento de longa jornada, os empregados vão para suas casas dormir poucas horas para recomeçar no dia seguinte a mesma rotina de trabalho que lhes causa estranhamento ou, pior, continuam a labutar, dessa vez, em seus residências e computadores pessoais para completar a interminável lista de atribuições que lhes foi confiada, ou para desenvolverem mais um *kaizen* que precarizará ainda mais as condições de trabalho.

Nesse particular, extremamente valiosa a lição de Sêneca:

A condição de todos os ocupados é miserável, contudo a mais miserável é a daqueles que nem se molestam com suas próprias ocupações, que regulam seu sono pelo alheio, que caminham segundo as passadas de outro e que estão sob ordens, mesmo nas mais livres das coisas: amar e odiar. Estes, se quiserem saber quão breve é a vida, que considerem quão insignificante é a parte que lhes cabe. (SÊNECA, 1993, p. 53).

Não obstante a realidade seja desfavorável aos trabalhadores, seguem-se propostas para a melhoria do dia-a-dia dos assalariados e, conseqüentemente, para a redução das mortes por excesso de trabalho. As sugestões partem das concepções de morte e de exame de consciência vislumbradas por Foucault na obra “Hermenêutica do Sujeito”.

EXAME DE CONSCIÊNCIA – UMA PROPOSTA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O exame de consciência proposto por Foucault, em “Hermenêutica do Sujeito”, visa à aproximação do sujeito de ação do sujeito ético da verdade. Com efeito, ele pretende constituir o sujeito de conhecimento verdadeiro como sendo o sujeito de ação reta.

Segundo o filósofo, todos devem exercitar a memória para reativação dos fins íntimos pretendidos em cada mente e espírito. Avaliando os meios utilizados para atingir esses objetivos e as ações concretamente realizadas durante o cotidiano,

[...]podemos medir em que ponto estamos: se temos ainda um grande esforço a fazer; se estamos longe da meta, se fomos ou não capazes de efetivamente traduzir em ação os princípios de verdade de que dispomos na ordem do conhecimento. (FOUCAULT, 2006, p. 587).

Na perspectiva das relações de emprego, o exame de consciência sugerido por Foucault seria

excelente mecanismo para a melhoria das condições de trabalho, sobretudo no sistema toyotista, e, portanto, para redução das mortes por excesso de trabalho, na medida em que, praticando a memorização, o empregador avaliaria a (in)compatibilidade do que foi idealizado no seu contrato social com aquilo que efetivamente é praticado no interior de sua empresa. Nesse exame, ele seria forçado a pensar se sua atividade econômica observa os postulados constitucionais que informam a ordem jurídica brasileira.

Num sistema de verdadeira gestão democrática da empresa, essa avaliação poderia ser promovida pelo sindicato da categoria profissional correspondente à atividade preponderante do empregador ou pelo sindicato de categorias diferenciadas, conforme o caso concreto. Na ausência do sindicato, a atribuição caberia à federação e, na falta desta, à confederação. Paralelamente, o Ministério Público do Trabalho poderia acompanhar a avaliação, porque, na qualidade de fiscal da lei, tem a prerrogativa e incumbência constitucionais de zelar pela observância de direitos metaindividuais.

Simultaneamente, o cabimento de ações coletivas com imposição de obrigações de fazer, não fazer, dar, pagar, cujo cumprimento seria estimulado, sob pena de incidência de multas cominatórias diárias, demais medidas coercitivas indiretas ou sub-rogatórias que se fizessem necessárias no caso concreto, sem falar na imputação de sanções pecuniárias expressivas e condizentes com a gravidade da lesão, que reverteriam em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador ou da comunidade profissional ofendida por empresário que ignorasse a adequação de sua atividade econômica com as funções sociais da propriedade e da livre iniciativa, com o valor social do trabalho e com a dignidade da pessoa humana.

A medida fortaleceria o papel das entidades de classe, a atuação sindical e, finalmente, promoveria uma sociedade mais isonômica e justa, pois todos, inclusive o “quarto Poder”, estariam somando esforços para a consecução dos primados democrático e social da nossa Constituição. Finalmente, o mecanismo contribuiria para a integral recuperação do ser humano, que merece celebrar cada dia de sua vida.⁶

CONCLUSÃO

Os influxos da filosofia clássica são sentidos na pós-modernidade. Com efeito, ensinamentos de Sêneca, Epicteto, dentre outros permanecem atuais em muitos aspectos.

Contudo, no atinente à compreensão da morte, à execução e finalidades do exame de consciência, o novo olhar lançado por Michel Foucault mostra-se útil e dá sinais de esperança para

⁶ Como ensina Sêneca, “[...]Quem quotidianamente diz: “vivi!”, quotidianamente ficará a lucrar”. (p. 35-36)

os homens, na medida em que pautado na aproximação do sujeito de ação do sujeito ético da verdade.

Transmigrando essa concepção filosófica para a seara justralhista, é recomendável que o empregador reative sempre sua memória quanto aos fins pretendidos (que, antes de legais e moralmente aceitáveis, devem ser compatíveis com os enunciados da Norma Fundamental, que coloca a pessoa humana no epicentro do sistema jurídico). Ele deve, assim, avaliar se os meios utilizados são os mais adequados, necessários e proporcionais para o seu escopo, sem prejudicar o direito elementar do ser humano de viver.

É imprescindível fiscalizar se o empregador é um sujeito de ação reta, pois nenhuma desculpa fincada em eventuais exigências impostas pela reestruturação produtiva, pelas novas formas de organização do trabalho, pela nova gestão empresarial, pela competitividade do mercado, pelos efeitos da globalização e argumentos congêneres é aceitável para ceifar vidas, tampouco justifica o uso do trabalhador como mera mercadoria descartável a qualquer tempo, sob a forma de cadáver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARREIRO, Líbia Martins. Morte por excesso de trabalho (*karoshi*), **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 76, p. 131-141, jul a dez 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Redução da jornada normal de trabalho versus horas extras**. Nota Técnica n 31, ago 2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec31HorasExtras.pdf>>. Acesso em: 15 set 2009.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680p.

FREDDO, Antonio Carlos. Taylor e Foucault: o operário e a "tecnologia de si". **Horizontes**, Bragança Paulista, v.13, n.1, p. 91-104, jan./jun. 1995.

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p.115-145.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Recurso Ordinário n. 00648200602803009. Ação civil pública, interesse de agir do Ministério Público do Trabalho. Recorrentes: Metalsider Ltda. e Ministério Público do Trabalho. Recorridos: Os mesmos. Relator: Desembargador Marcus Moura Ferreira, Belo Horizonte, 06 ago 2007. **Disponível em:**<<http://as1.trt3.jus.br/consultaunificada/mostrarDetalheLupa.do?evento=Detalhar&idProcesso=RO++0712197&idAndamento=RO++0712197PACO20070809+>>

[+++12504300>](#). Acesso em: 25 jul 2009.

SÊNECA. Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Tradução J. A. Segurado e Campos. 2.ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, 713p.

_____. **Sobre a brevidade da vida**. Tradução William Li. São Paulo: Nova Alexandria, 1993, 79p.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **O estoicismo romano**: Sêneca, Epitecto, Marco Aurélio. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 139p.

VEYNE, Paul. **Sêneca y el estoicismo**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1996, 268p.